

*Não é só contra o arrocho!
Vamos combater o desmonte da universidade!*

Maioria das assembleias aprova paralisação e ato em 17/5. Sem proposta decente do Cruesp, indicativo é de greve

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na sexta-feira, 11/5, para tabular o resultado das assembleias de base e organizar as atividades previstas para 17/5, dia da primeira negociação com o Cruesp na data-base 2018. Na ampla maioria das assembleias já realizadas, foi aprovado o indicativo de paralisação e participação no ato público convocado para a frente da sede do Cruesp, durante a negociação, agendada para as 15h. Em muitos campi, serão realizados debates, panfletagens e outras atividades locais para marcar o dia.

Tendo havido ampla concordância nas assembleias de base, o Fórum das Seis reitera o indicativo de greve por tempo indeterminado, caso a proposta do Cruesp seja insuficiente. O Fórum das Seis voltará a se reunir logo após a negociação com o Cruesp para avaliar os fatos e propor os encaminhamentos para as bases.

Arrocho é a ponta do iceberg

Durante a reunião de 11/5, os representantes das entidades fizeram análises dos cenários em que se desenrola nossa campanha salarial 2018. Fica claro que o arrocho salarial – que não é pequeno – é apenas uma das dimensões dos problemas enfrentados pela comunidade nas universidades estaduais paulistas.

A política aplicada pelas sucessivas gestões reitorais é a de buscar a “sustentabilidade” orçamentária e financeira da Unesp, Unicamp e USP por meio da manutenção da política de arrocho salarial e de aprofundamento da precarização das condições de trabalho e do funcionamento das universidades, sem nenhuma preocupação com as suas consequências para a produção de conhecimento, prestação de serviços à comunidade e para a formação dos nossos estudantes.

Enquanto as perdas salariais se acumulam – na Unicamp e na USP, é necessário um índice em torno de 12,6% para recuperar o poder aquisitivo de



Dicas para o ato

A concentração para o ato do dia 17/5 terá início às 13h, com fornecimento de lanche aos manifestantes.

A sede do Cruesp está localizada na área central de São Paulo, na rua Itapeva, nº 26.





maio/2015; na Unesp, que não honrou os 3% de maio/2016, esse número é de cerca de 16% – as condições de trabalho e estudo pioram rapidamente. As carreiras estão congeladas, assim como ocorre com as contratações, o que tem produzido uma sobrecarga de trabalho e consequente adoecimento dos servidores, além de uma crescente deterioração de todas as atividades desenvolvidas pela Universidade.

Fato é que chegamos a esse ponto porque os sucessivos reitores têm sido recorrentemente subservientes aos sucessivos governos estaduais. Sua atitude tem sido a de adequar o custeio dessas instituições ao recurso insuficiente, abdicando de invocar a importância política, estratégica, científica, cultural e social das universidades que dirigem para reivindicar o recurso necessário para a sua manutenção. Com essa atitude, são cúmplices do

Os índices da campanha

Na Unicamp e na USP, é necessário um índice em torno de **12,6%**

para recuperar o poder aquisitivo de maio/2015.

Na Unesp, que não honrou os 3% de maio/2016, esse número é de cerca de **16%**.

processo perverso de deterioração sem precedentes nos serviços públicos e parceiros do grande capital nacional e internacional no desenvolvimento do subdesenvolvimento brasileiro.

Neste cenário, nossa luta por melhores salários e condições de trabalho se inscreve na luta mais ampla em defesa da universidade pública, autônoma, democrática, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada. Lutamos por uma universidade capaz de gerar pensamento crítico e envolvimento com os graves problemas da sociedade brasileira; que transmita o legado dos pensadores comprometidos com a emancipação dos povos latino-americanos; que produza ciência e tecnologia que possa contribuir para a superação da nossa condição de subalternidade no contexto internacional.

Crise não é financeira

O que acontece na Unesp, Unicamp e USP não é uma crise financeira, mas sim uma crise de financiamento. E a diferença não é apenas semântica.

Ocorre que as três universidades enfrentam problemas de financiamento desde o começo dos anos 2000, quando teve início uma expressiva expansão de vagas, cursos e campi, sem que o governo honrasse o compromisso de aporte de recursos perenes para isso.

Para as três universidades, é destinado um percentual de 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação do ICMS (75% ficam com o estado e 25% vão para os municípios). Porém, antes de repassar a parte das universidades, o governo retira indevidamente da base de cálculo uma série de itens (Habitação, juros e multas, juros de mora e dívida ativa). Somente de 2014 a 2016, por exemplo, essa manobra resultou numa perda real de cerca de R\$ 0,9 bilhão para Unesp, Unicamp e USP!

Não bastasse tudo isso, ainda temos um outro grave problema que produz um enorme impacto nas contas das universidades: a insuficiência financeira (diferença entre o que se arrecada de contribuição previdenciária e o que se paga de aposentadorias e pensões), que consome, em média, cerca de 20% dos recursos oriundos do ICMS das três universidades. No entanto, conforme a Lei Complementar 1.010/2017, cabe ao governo arcar com esta diferença, mas ele não o faz, contando com o silêncio obsequioso dos reitores!

Arrecadação do ICMS cresce, isenção fiscal continua

Como vem assinalando o Fórum das Seis em seus boletins, a arrecadação do ICMS está em alta nestes primeiros



meses de 2018, com tendência de manter o ritmo de melhora. A arrecadação acumulada no quadrimestre janeiro/abril 2018 foi pouco mais de 8% acima do mesmo período de 2017.

Em <https://youtu.be/4zQEXJ77vZw>, confira fala de José Luís Pio Romera, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU), sobre isso.

É importante também registrar que, em 2017 e 2018, o governo do estado de São Paulo e a Assembleia Legislativa aprovaram uma isenção de aproximadamente R\$ 29 bilhões de ICMS para empresas privadas, muitas delas inscritas na dívida pública do estado. Trata-se de recursos do povo de São Paulo, que poderiam ter sido aplicados em educação, saúde e seguridade social, mas foram gentilmente cedidos à iniciativa privada para aumentar seus lucros.

